

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO SR. PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL NOVA FRIBURGO/RJ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 189/2023

A empresa BIOMEGA MEDICINA DIAGNÓSTICA LTDA, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.966.389/0001-43, situada na Alameda Juari, nº 255 - Tamboré, CEP: 06.460-090, na cidade de Barueri – Estado de São Paulo, telefone (11) 4134-5544, ramal 1005, endereço eletrônico: licitacao@biomega.com.br, já devidamente credenciada no processo administrativo acima referenciado, vem, respeitosamente, apresentar o presente RECURSO ADMINISTRATIVO contra a decisão de que declarou equivocadamente como HABILITADA a empresa FUNDACAO PRO-INSTITUTO DE HEMATOLOGIA-RJ, FUNDARJ

1.DOS FATOS

A empresa BIOMEGA, doravante denominada RECORRENTE, interessada em prestar serviços para essa estimada Prefeitura, participou da licitação em epígrafe cujo objeto trata de "REGISTRO DE PREÇOS para Contratação de empresa especializada em serviços laboratoriais de exames de Citopatologia, Anatomia Patológica, pesquisa de H. Pylori, Biopsias de útero e anexos e restos ovulares a fim de atender as necessidades dos usuários do SUS pelo período de 12 (doze) meses".

Após a análise da documentação da empresa FUNDARJ, sendo verificado a documentação de habilitação da referida empresa a fim de se verificar as condições de habilitação, ocasião em que o Pregoeiro e sua equipe de apoio decidiram por habilitá-la.

Ocorre, que a decisão de habilitar a empresa FUNDARJ deve ser reformada, uma vez que tal licitante não apresentou documentação solicitada em Edital. Vejamos:

1) Da ausência do cumprimento do edital nos itens 19.3.1.1 e 20.5

Dispõe o Edital:

19.3.1.1 - As empresas DEVERÃO APRESENTAR OS ÍNDICES JÁ CALCULADOS, com assinatura do contador e do representante legal da empresa, que serão analisados com base no balanço apresentado. Os índices calculados poderão ser solicitado como documento complementar pelo pregoeiro

(...)

20.5 - Cópia da Certidão de anotação do Responsável Técnico no Conselho Regional de Medicina (CRM);

Nota-se que o Edital foi claro em solicitar que as empresas licitantes apresentassem os índices JÁ CAULADOS, bem como uma cópia da Certidão do Responsável Técnico, entretanto, nenhum dos documentos foram apresentados.

No mais, dispõe o art. 41 da Lei 8.666/93:

"Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada".

Do mesmo modo, versa o artigo 3º, do citado diploma federal que:

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."

É sabido que o edital é o fundamento de validade dos atos praticados no curso da licitação e ao descumprir normas constantes no edital, a Administração Pública frustra a própria razão de ser da licitação e, ainda, viola os princípios norteadores da atividade administrativa, tais como a legalidade, a moralidade e a isonomia.

Insta mencionar, que o princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório insculpido no art. 3º, da Lei das Licitações, tem a finalidade específica de instruir o administrador a não se desviar das regras e determinações estabelecidas previamente à licitação.

O ato convocatório presta-se a regulamentar o procedimento licitatório e estabelecer as condições de participação e julgamento. Todos que participam do certame têm conhecimento das regras, tendo plena consciência de que o descumprimento de qualquer das exigências levará à sua exclusão da disputa.

É defeso tanto à Administração quanto aos seus agentes afastarem-se das disposições contidas no edital, seja a que pretexto for, sob pena de vulnerar princípios. De fato, sendo o edital a lei interna da licitação, não cabe ao intérprete agente público fazer uso do poder discricionário para indevidamente autorizar aquilo que a lei não autorizou.

Não se pode admitir que alguns cumpram as exigências e outros não. As exigências editalícias asseguram a integridade e idoneidade da contratação; destarte, qualquer violação à "lei interna da licitação" expõe a

Administração ao risco de uma contratação frustrada, principalmente, no caso em questão, haja vista que a empresa FUNDARJ não apresentou os documentos acima citados.

2.DO PEDIDO

Confiante no espírito público deste ilustre dessa Presidente e sua comissão, diante de tudo que foi exposto e aduzidas as razões que balizaram e fundamentaram o presente, a BIOMEGA MEDICINA DIAGNÓSTICA LTDA., espera que seja dado PROVIMENTO ao presente recurso interposto para INABILITAR do certame, a empresa FUNDACAO PRO-INSTITUTO DE HEMATOLOGIA-RJ, FUNDARJ, com fundamento nas razões acima expostas.

Requer, outrossim, caso não seja reconsiderada a decisão recorrida, sejam os autos encaminhados à autoridade superior para decisão, conforme artigo 109, § 4º, da Lei 8.666/93.

Termos em que,

Pede deferimento.

De Barueri/SP para Nova Friburgo /RJ, 10 de novembro de 2023.

Fechar